



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf ALESSANDRO DORTA MONTEIRO DO NASCIMENTO

**O Brasil como aliado prioritário dos EUA extra-
OTAN: uma análise das perspectivas para a
Base Industrial de Defesa**



Rio de Janeiro
2020



Maj Inf ALESSANDRO **DORTA MONTEIRO** DO NASCIMENTO

O Brasil como aliado prioritário dos EUA extra-OTAN: uma análise das perspectivas para a Base Industrial de Defesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Maj Cav Eduardo Schlup

Rio de Janeiro
2020

N244b Nascimento, Alessandro Dorta Monteiro do

O Brasil como aliado prioritário dos EUA extra-OTAN: uma análise das perspectivas para a Base Industrial de Defesa. / Alessandro Dorta Monteiro do Nascimento. —2020.

48f. . il. , 30 cm.

Orientação: Eduardo Schulp.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: f. 45-48

1. ALIADO – EUA – EXTRA-OTAN. 2. BASE INDUSTRIAL DE DEFESA 3. ACORDO MILITAR - EUA I. Título.

CDD 355.5

Maj Inf ALESSANDRO **DORTA MONTEIRO** DO NASCIMENTO

O Brasil como aliado prioritário dos EUA extra-OTAN: uma análise das perspectivas para a Base Industrial de Defesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 02 de outubro de 2020.

COMISSÃO AVALIADORA

EDUARDO SCHLUP – Maj Cav - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

ANDERSON LUIZ ALVES FIGUEIREDO- Maj Eng - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

CLEBER HENRIQUE BERNARDES SIMÕES- Maj Cav- Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Senhor dos Exércitos, pelo dom da vida, pela tranquilidade nos momentos difíceis e pela saúde que tem me permitido seguir estudando e aprendendo a cada dia que passa.

Ao meu orientador, Maj Schlup, pela orientação, confiança e camaradagem durante todo o trabalho monográfico.

À minha esposa Roberta e meu filho Hércules, pela compreensão, carinho e incentivo de sempre.

RESUMO

O trabalho analisa as perspectivas do Brasil como aliado preferencial extra-OTAN dos EUA no tocante à indústria nacional de defesa. Esse status gera expectativas no campo militar e econômico, pois cria base legal para as Forças Armadas participarem de exercícios militares conjuntos com seus membros, a aquisição facilitada de material e equipamento militar norte-americano a baixo custo, o acesso ao fundo do Departamento de Defesa norte-americano, além de permitir assimilar inovações doutrinárias, tecnológicas, espaciais e cibernéticas desse setor tão restrito. Foram analisados também, os acordos militares recentes, fruto dessa nova cooperação do Brasil com os EUA que permitem fomentar a indústria bélica nacional, OTAN e, ainda, incrementar a participação das empresas brasileiras no comércio internacional de defesa, como novos mercados nos países membros da OTAN. Assim, empresas nacionais de defesa teriam maiores oportunidades com exportações e transferência tecnológica nesse mercado tradicionalmente fechado, principalmente, nos Estados Unidos e na União Europeia (UE). Por fim, foi concluído sobre as perspectivas para a BID sendo elencadas as perspectivas e desafios para a BID nessa nova conjuntura de oportunidades para o Brasil.

Palavras-chave: Aliado preferencial extra-OTAN; Base Industrial de Defesa e acordos militares com os EUA.

RESUMEN

El documento analiza las perspectivas de Brasil como el aliado preferido de Estados Unidos fuera de la OTAN con respecto a la industria de defensa nacional. Este estatus genera expectativas en el campo militar y económico, ya que crea una base legal para que las Fuerzas Armadas participen en ejercicios militares conjuntos con sus integrantes, la fácil adquisición de material y equipo militar estadounidense a bajo costo, el acceso al fondo del Departamento de Defensa Norteamericana, además de permitir la asimilación de innovaciones doctrinales, tecnológicas, espaciales y cibernéticas en este sector tan restringido. Como foco de este trabajo, también se analizaron los recientes acuerdos militares, fruto de esta nueva cooperación entre Brasil y Estados Unidos que permiten la promoción de la industria armamentística nacional, la OTAN y, aún, incrementar la participación de las empresas brasileñas en el comercio internacional de defensa, como novedad. mercados en los países miembros de la OTAN. Así, las empresas de defensa nacional tendrían mayores oportunidades con exportaciones y transferencia de tecnología en este mercado tradicionalmente cerrado, principalmente en Estados Unidos y la Unión Europea (UE). Finalmente, concluyó sobre las perspectivas del BID, enumerando las perspectivas y desafíos para el BID en esta nueva coyuntura de oportunidades para Brasil.

Palabras clave: Aliado extra-OTAN preferido; Base Industrial de Defensa y acuerdos militares con Estados Unidos

LISTA DE ABREVIATURAS

AST	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas
AED	Ação Estratégica de Defesa
ART	Aeronaves Remotamente Tripuladas
BID	Base Industrial de Defesa
BEPI	Boletim de Economia e Política Internacional
CREDN	Comissão de Relações e de Defesa Nacional
CBC	Companhia Brasileira de Cartuchos
CECAFA	Centro de Catalogação das Forças Armadas
CLA	Centro Espacial de Alcântara
EED	Empresas Estratégicas de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
END	Estratégia Nacional de Defesa
FAB	Força Aérea Brasileira
FFAA	Forças Armadas
IMBEL	Indústria e Material Bélico do Brasil
IRS	Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
IEDI	Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial
LOA	Lei Orçamentária Anual
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LMV	Veículo Leve de Multitarefa
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEI	Plano Estratégico da IMBEL
PND	Política Nacional de Defesa
PNID	Política Nacional para Indústria de Defesa
PIB	Produto Interno Bruto
PRODE	Produtos de Defesa
SOC	Sistema OTAN de Catalogação
SEPROD	Secretaria de Produtos de Defesa
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UE	União Europeia
VBTP	Veículo Blindado para Transporte de Pessoal

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Encontro para a designação de aliado dos EUA extra-OTAN.....	19
FIGURA 2 – Países aliados dos EUA extra-OTAN	20
FIGURA 3 – Assinatura do Acordo RDT&E.....	23
FIGURA 4 – Aeronave KC-390.....	32
FIGURA 5 – Aeronave A-29 Super Tucano.....	32
FIGURA 6 – Blindado VBTP MR Guarani	33
FIGURA 7 – Jipe Iveco LMV.....	33
FIGURA 8 – ASTROS 2020.....	34
FIGURA 9 – Míssil Tático de Cruzeiro.....	34
FIGURA 10 – Helicóptero Esquilo H-125M.....	35
FIGURA 11 – Pistola Taurus G2C 9 mm.....	36
FIGURA 12 – Munições da CBC.....	36
FIGURA 13 – Fuzil IMBEL 5,56 AI5.....	37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estratégias e desafios dos produtos de defesa.....	39
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA	13
3	A OTAN	15
3.1	A OTAN PÓS-GUERRA FRIA.....	15
3.1	A IMPORTÂNCIA DOS EUA NA ALIANÇA.....	17
4	AS RELAÇÕES DO BRASIL COM OS EUA	18
4.1	A ATUAL RELAÇÃO DO BRASIL COM OS EUA.....	19
4.2	OS ACORDOS MILITARES ENTRE BRASIL E EUA.....	21
5	A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA	25
5.1	AS LEIS E POLÍTICAS PARA A BID.....	25
5.2	AS EMPRESAS BRASILEIRAS DE DEFESA.....	30
5.3	AS PERPECTIVAS PARA A BID.....	38
6	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretendeu se debruçar sobre o estudo das relações entre o Brasil e os EUA, como aliado prioritário extra-OTAN com uma análise das perspectivas para a base industrial de defesa.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é uma aliança política e militar composta por 29 (vinte e nove) países membros com os objetivos principais de assegurar a defesa contra qualquer forma de agressão dos seus integrantes e manter um ambiente seguro para o desenvolvimento da democracia e o crescimento econômico. A OTAN teve sua criação em 1949, inicialmente com 12 (doze) nações, liderados pelos Estados Unidos da América (EUA), incluindo Canadá e europeus ocidentais que buscavam impedir o avanço do socialismo e a ameaça da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no contexto pós-2ª Guerra Mundial (NATO, 2004).

Após a Guerra Fria, a OTAN formou coalizões entre seus membros com importantes participações no mundo como na intervenção militar em Kosovo em 1997 e no apoio aos EUA na ocupação do Afeganistão em 2003 na “Guerra contra o Terror”, decorrentes dos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001. Assim, esse protagonismo esteve associado com sua ampla estrutura militar conjunta que permitiu seu fortalecimento bélico e a capacidade de atuar nas suas áreas de interesse geopolítico no mundo (NATO, 2004).

No século XXI, os EUA e essa organização buscaram aumentar parcerias com países fora do eixo do Atlântico Norte, inclusive sul-americanos, sendo 17 (dezesete) denominados Aliados extra-OTAN, como a Argentina designada em 1998 no governo de Bill Clinton e 04 (quatro) Parceiros Globais como a Colômbia, inserida em 2017. Essas parcerias vêm contribuindo para a OTAN diversificar sua área de atuação internacional (GRAGNANI, 2019).

Em março de 2019, durante a visita à Casa Branca, em Washington, o presidente Jair Bolsonaro recebeu o convite de Donald Trump para a entrada do Brasil como Aliado Prioritário Extra OTAN e, na mesma ocasião, cogitou também como aliado membro integrante da aliança. Com isso, o atual governo brasileiro vem evidenciando uma política externa de aproximação com os EUA, possibilitando cooperações do Brasil com essa importante organização e um estreitamento no relacionamento de trabalho estratégico com as forças armadas americanas. No

entanto, cabe destacar que essa parceria não permite ao Brasil pacto de defesa com os EUA, conforme consta no artigo 5º do Estatuto da OTAN, em vigor desde sua criação (LIBORIO, 2019).

A entrada do Brasil como Aliado Prioritário extra-OTAN dos EUA gera expectativas no campo militar e econômico. No tocante a área de defesa, cria base legal para as Forças Armadas participarem de exercícios militares conjuntos com seus membros, a aquisição facilitada de material e equipamento militar norte-americano a baixo custo, o acesso direto ao sistema de ensino da organização que são referências no mundo, além de permitir assimilar inovações doutrinárias, tecnológicas, espaciais e cibernéticas desse setor tão restrito (GRAGNANI, 2019).

No campo econômico, o mundo gastou em 2017 mais de 1,7 trilhões de dólares em defesa, com hegemonia dos EUA. Nesse contexto, o Brasil pode aumentar os investimentos no setor de defesa que, atualmente, gasta 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB), fomentando a indústria bélica nacional, buscando novos mercados nos países membros da OTAN e, ainda, incrementar a participação das empresas brasileiras no comércio internacional de defesa, como licitações nos contratos do Departamento de Defesa norte-americano (DEFESANET, 2018). Assim, empresas como a Helibrás, a Avibrás, a Iveco, a Embraer, a Taurus e Companhia Brasileira de Cartuchos teriam maiores oportunidades com exportações e transferência tecnológica nesse mercado tradicionalmente fechado, principalmente, nos Estados Unidos e na União Europeia (UE) (AMARANTE, 2012).

Em outubro de 2019, a Comissão de Relações e de Defesa Nacional (CREDN), aprovou requerimento para a realização de audiência pública para debater as perspectivas de cooperação entre o Brasil e a OTAN. Fruto disso, foi criado o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – OTAN, com representantes do Ministério da Defesa, Gabinete de Segurança Institucional, Ministério das Relações Exteriores e da Embraer Defesa, demonstrando o atual nível de coordenação e engajamento das autoridades brasileiras (CAMPOS, 2020).

Por fim, o Brasil diante do seu protagonismo e liderança na América do Sul, como potência regional, demonstra buscar projeção da sua imagem internacional, no alinhamento externo com os EUA, com recursos orçamentários suficientes para investir na sua base industrial de defesa. Com isso, o país terá maiores oportunidades para o fortalecimento das suas capacidades militares dissuasórias, transferência de alta tecnologia e aumento nos investimentos para o setor de defesa (BRASIL, 2019).

2. METODOLOGIA

Seguindo a taxionomia de Vergara (2009), a pesquisa desenvolvida foi qualitativa, explicativa, documental, descritiva e bibliográfica. Qualitativa porque A pesquisa é qualitativa, visto que requer procura de fontes de informações mais profundas, cuja seleção contempla a subjetividade, mas que permitam entender a relação da base industrial de defesa brasileira e os acordos militares entre Brasil e EUA de forma clara. Descritiva porque pretendeu evidenciar características dos fenômenos em pauta, visando definir as suas naturezas e estabelecer correlações entre elas. A pesquisa descritiva serviu de base para a pesquisa explicativa, que tentará tornar a BID inteligíveis, facilitando o esclarecimento das perspectivas da entrada do Brasil como aliado dos EUA extra-OTAN. Bibliográfica porque tem sua fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação de livros, artigos, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral.

O método escolhido possui limitações, haja vista que por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, limitada às consultas realizadas pelo autor, que buscou a maior variação possível. A pesquisa documental teve certa limitação devido às restrições e sigilo das informações e dados relevantes sobre os acordos militares entre os EUA e o Brasil ainda em curso, bem como os efeitos protocolares dos acessos e contatos, decorrentes da pandemia do COVID-19 no corrente ano.

Um tema onde diversas fontes são revestidas de critérios de confidencialidade, não estando atualmente disponíveis para serem referenciadas em detalhe. Por isso mesmo, o foco deste trabalho está na sistemática brasileira e não no objeto ou nos méritos dos possíveis contratos. Entende-se como de extrema importância a seleção criteriosa das fontes que foram utilizadas no trabalho e evitou-se a análise subjetiva fosse tendenciosa. Enfim, a metodologia utilizada buscou evidenciar de forma objetiva e clara os seus tipos, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Com isso, a metodologia escolhida permitiu alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

Ainda, este trabalho obteve os meios de informação utilizando pesquisa bibliográfica de literatura (livros, trabalhos acadêmicos, jornais, revistas e redes eletrônicas) de fontes confiáveis e com dados pertinentes aos propostos no referencial teórico. Nesta oportunidade, foi feita a seleção da documentação para atingir os

objetivos do trabalho. As conclusões decorrentes desta pesquisa permitiram conhecer os objetivos e resultados recentes dos acordos militares entre o Brasil e os EUA e seus reflexos para a BID.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, na qual fica evidenciada a procura por fontes de informação, desde as superficiais até as mais profundas, o tratamento dos dados se deu de forma não estatística. Em decorrência, foram empregadas as técnicas de análise de conteúdo, histografia e o método comparativo. A análise de conteúdo permitiu obter significados apurados do conhecimento levantado. Por fim, a histografia facilitou o resgate de informações pretéritas que permitiu compreender as teorias e as análises, para atingir os objetivos deste trabalho.

A seguir, serão analisadas as perspectivas para a indústria de defesa do Brasil como aliado prioritário dos EUA extra-OTAN.

3. A OTAN

Com a queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) teve sua razão de existir questionada, uma vez que sua razão de existir era conter a ameaça do socialismo no mundo pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, a organização resistiu às transformações do sistema mantendo seus princípios de garantir a paz buscando atender as novas demandas e mantendo o seu propósito final. Após os atentados do 11 de setembro, a OTAN liderada pelos EUA, passou a ver o terrorismo internacional como uma nova ameaça para os países membros, justificando o emprego da intervenção em áreas de conflito em outros países. Essa situação nesse contexto, obrigou a OTAN a passar por um processo de adaptação para lidar com os desafios do terrorismo no século XXI (PINHEIRO, 2012).

3.1 A OTAN PÓS-GUERRA FRIA

Segundo Prado (2007), a Aliança vem passando por um processo de transformação que dentre elas estão suas características como força do elo transatlântico, o modo de liderança dos EUA, a amplitude geográfica das operações, a tomada de decisões em temas polêmicos, sua capacidade de influência de decisões e atitudes de seus membros, a dispersão geográfica de seus membros, dentre outros. Além disso, fatores poderiam funcionar como catalisadores dessas modificações como o grau de predisposição dos norte-americanos para assumirem um papel de liderança na aliança, o impacto do desenvolvimento da União Europeia e a percepção de ameaças comuns a todos os membros ou diversificadas.

Ainda sobre as mudanças ocorridas pós-1989, o OTAN pode ter experimentado dois aspectos variáveis. Uma delas seria a substituição da antiga ameaça do comunismo soviético por uma série de desafios políticos e militares incertos e a outra se refere à percepção variável dessa alteração pelos agentes remanescentes responsáveis pela ordem bipolar da guerra fria, e ainda, à diversidade de comportamentos novos, porém não necessariamente relacionados diretamente (MOREIRA, 2007).

As primeiras transformações normativas pós-guerra fria ocorreram em 1991 para tentar readequar a OTAN à nova ordem mundial. De acordo com Prado (2007), os

países membros ratificaram um documento denominado Conceito Estratégico da Aliança que reafirma os princípios básicos do Tratado com revisão de seus fundamentos estratégicos, ocasionando uma alteração no conceito de segurança, deixando de ser exclusivamente geopolítica para abranger riscos diversos e multidirecionais. Essas ameaças são diretamente relacionadas as dificuldades econômicas, políticas, sociais enfrentadas por países do leste europeu e com outros riscos de natureza mais abrangente como sabotagem, atos terroristas, proliferação de armas de destruição em massa e interrupção de fluxo de recursos vitais. Diante dessa diversidade de ameaças, o documento propõe o diálogo, cooperação, manutenção da capacidade coletiva preventiva, proporcionais às novas demandas situacionais, priorizando mobilidade, flexibilidade e caráter multifuncional das forças militares empregadas.

Em 2010, a OTAN implementou seu mais recente conceito estratégico baseado em cooperações com mais países fora do eixo da sua organização, criando marcos gerais para a aliança organização sua atuação. Os quatro marcos são: Sócios ao Redor do Mundo, Conselho de Associação Euro-Atlântico, Iniciativa de Cooperação de Istambul e Diálogo do Mediterrâneo que visam a construção de capacidade de defesa, desenvolvimento de interoperabilidade e gestão de crise (NATO, 2017).

Nesse sentido, a OTAN vem estabelecendo relacionamento com parceiros globais num programa de cooperação bilateral onde cada país seleciona a área de atuação que desejam realizar o intercâmbio como forma de parceria, ou seja, ambos os envolvidos são beneficiados. A poderosa organização tem se aproximado nos últimos décadas de nações situadas fora do eixo euro-atlântico, sendo que tais países recebem a denominação de “parceiros globais”, status mantido atualmente por Afeganistão, Austrália, Iraque, Japão, Coreia do Sul, Mongólia, Nova Zelândia e Paquistão, e o único sul-americano, a Colômbia. Assim, essa cooperação garante facilidades na área de defesa destes sócios com os integrantes europeus, os EUA e o Canadá (NATO, 2017)

As relações entre a OTAN e a Colômbia cresceram a partir de 2016, com a aceitação por parte da aliança na efetivação de um programa de cooperação da área de intercâmbio informacional e no combate ao crime organizado. Desse modo esse acordo foi denominado Programa de Parceria Individual e Cooperação com sua formalização em 31 de maio de 2018. Com isso, a Colômbia tornou-se o primeiro país latino americano a ser sócio global da OTAN, com ações previstas pelo acordo como

investimentos na área de defesa, atuação em programas de segurança e a participação em missões da OTAN, dentre outras (PADILLA, 2018).

A entrada da Colômbia na Aliança em 2018 como parceiro global não representou uma corrida armamentista no subcontinente sul-americano, nem ainda uma concorrência militar com o seu lindeiro, o Brasil. Essa assertiva se justifica no relacionamento da OTAN com seus parceiros globais que são baseados, exclusivamente, em cooperação bilateral e, em algumas ocasiões, por intermédio de ações militares liderados pela Organização (OTAN, 2019). No caso colombiano, sua relação não ocorreu para incrementar seu poderio bélico, e sim num contexto de segurança. Nesse sentido, as atuações e iniciativas da Colômbia contribuem a cooperação e o desenvolvimento de uma relação pacífica e amigável entre os países do continente.

3.2 A IMPORTÂNCIA DOS EUA NA OTAN

Notadamente, os EUA por iniciativa criaram a OTAN como um instrumento político-militar com o objetivo basicamente de atender seus interesses em primeiro plano, mesmo que a intenção inicial do Tratado fosse a segurança coletiva da Europa enfraquecida pós-Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, o poderio militar norte-americano tem contribuído significativamente para que essa realidade permanecesse inalterado até os dias atuais, decorridos mais de setenta anos de sua criação, apesar dos questionamentos de sua liderança com outras potências europeias (PRADO, 2007).

A hegemonia estratégica e a capacidade de projeção militar em qualquer parte do mundo continuam a ser exercidas somente pelo EUA, mesmo que seus interesses nacionais e sua liderança política não sejam unânimes ou coincidentes com os países europeus. Apesar de tudo, os compromissos com democracia, meio ambiente e direitos humanos podem conduzir a aliança a maiores desafios do que aqueles objetivados na Guerra Fria (ALMEIDA, 2002).

Segundo Moreira (2007), a OTAN se modelou e se estruturou com a anuência dos seus estados membros, porém reconhecendo a liderança consentida dos EUA como superpotência. Esse Pacto Militar tornou além de uma crise de soberania de seus membros, a evidência clara do surgimento da relação do estado com a hierarquia dos poderes efetivos.

Essa pesquisa toma por base também o argumento de Rodas (2017), no papel dos EUA na OTAN. A participação dos norte-americanos nessa organização é de extrema relevância uniformizando o ocidente com termos militares nos seus próprios parâmetros de uso. Também, os EUA financiam 75% dos gastos bélicos na OTAN e correspondem 70% dos investimentos militares no mundo, enquanto seus demais membros gastam em torno de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) com defesa. Por outro lado, a OTAN não tem sua importância desprezível para os EUA que empregou sua força de coalizão no Afeganistão após os ataques de 11 de setembro de 2001.

Ainda sobre as despesas militares, segundo o Anuário SIPRI (2020), os EUA aumentaram seus gastos militares pelo segundo ano consecutivo com o líder em despesas que chegaram na ordem de U\$ 732 bilhões e 3,4% do seu PIB, em 2019, enquanto a China em segundo lugar gastou U\$ 263 bilhões. Em 2014, membros da OTAN se comprometeram a gastar 2% do seu PIB e pelo menos 20% desses gastos com materiais e equipamentos de defesa. Com isso, de 2014 para 2019 aumentaram de 4 para 14 países da OTAN que empenharam mais de 20% de seus gastos em equipamentos bélicos.

Os EUA buscaram ampliar parcerias da extra-OTAN com países com sul-americanos, como a Argentina designada em 1998 no governo de Bill Clinton e a Colômbia, inserida em 2017. Essas parcerias vêm contribuindo para a OTAN diversificar sua área de atuação internacional (GRAGNANI, 2019).

Conclui-se, parcialmente, que a liderança dos EUA na OTAN é preponderante para a atuação e perspectivas da aliança em qualquer cenário prospectivo analisado. Nesse sentido, há uma dependência significativa da aliança com os norte-americanos principalmente no campo militar, político e econômico. Muito embora, ao longo dos anos, em especial, pós-guerra fria e dos atentados de 11 de setembro de 2001, houvesse modificações no contexto geopolítico e nos propósitos da aliança esteve claro a autoridade e comando dos Estados Unidos.

4. AS RELAÇÕES DO BRASIL COM OS EUA

No que se refere a atual relação do Brasil com os EUA, no campo diplomático e militar, este trabalho visou analisar as perspectivas do alinhamento automático com os norte-americanos dentro da política externa brasileira e seus reflexos diretos para a indústria de defesa.

De modo análogo, pretende-se dar continuidade e desdobramento ao assunto com o estudo dos acordos e compromissos firmados entre Brasil e EUA no século XXI para melhor compreender o recente histórico desse relacionamento estabelecido no campo diplomático e militar.

4.1 ATUAL RELAÇÃO DO BRASIL COM OS EUA

A América Latina é considerada uma região problemática para os norte-americanos principalmente devido sua instabilidade política e desafios econômicos que refletem aos EUA. Segundo Gibson (2019), os EUA no governo Trump está retomando a Doutrina Monroe negando a outras potências o Hemisfério Ocidental como área de atuação, e em contrapartida, demonstra não interferir em outros espaços. Também, percebe-se o interesse da China e da Rússia em minar essa liderança com é o caso da crise venezuelana, evidenciando uma disputa geopolítica.

Nesse contexto, o presidente dos EUA, Donald Trump, indicou o Brasil como aliado prioritário extra-OTAN em 19 de março de 2019 e efetivando essa designação em 31 de julho do mesmo ano, evidenciando o apoio dos norte-americanos para o início da nova cooperação do Brasil com essa relevante potência internacional (CAMPOS, 2019).

FIGURA 1 – Encontro para a designação de aliado dos EUA extra-OTAN

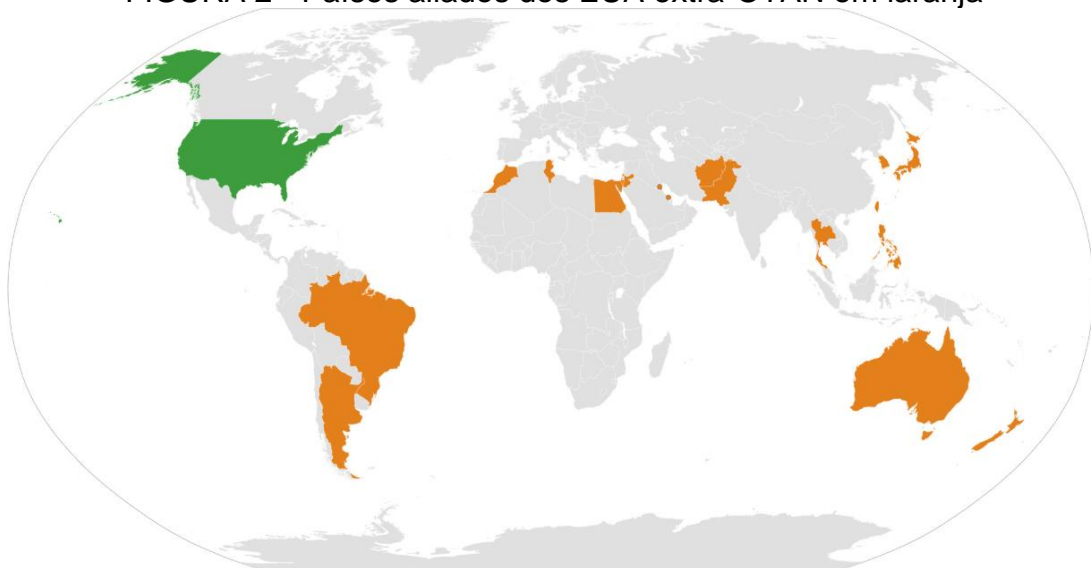


Fonte: site da Agência Brasil.

Diante disso, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou, em 9 de outubro de 2019, o Requerimento 129/2019, para debater as perspectivas de cooperação entre o Brasil e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo o documento “o Brasil teria de elevar os gastos na área de defesa em relação ao PIB, mas, em contrapartida, poderia fomentar a indústria de defesa nacional, buscando novos mercados nos países membros da OTAN” (BRASIL, 2019, p.2).

O Brasil ao ingressar como membro preferencial extra-OTAN, sendo o segundo sul-americano nesta lista, depois da Argentina, não tem o pacto de defesa com os norte-americanos. Sua entrada cria base legal para transferência de armas e prioridade para contratar algumas empresas de defesa dos EUA, obter acesso a meios de desenvolvimento e pesquisa, além de adquirir equipamentos militares norte-americanos (LIBORIO, 2019.)

FIGURA 2 - Países aliados dos EUA extra-OTAN em laranja



Fonte: site Forças Terrestres.

Segundo o site O Forças Terrestres (2019), os países aliados dos EUA fora da OTAN estão sujeitos aos seguintes benefícios:

- a) Recebimento prioritário de excedente de equipamentos militares;
- b) Adesão a projetos corporativos de pesquisa e desenvolvimento com o Departamento de Defesa norte-americano, em base de custo compartilhado;
- c) Aquisição de munição anti-carro de urânio empobrecido;

- d) Posse de estoques de reservas de guerra de equipamentos de propriedade do Departamento de Defesa dos EUA que serão mantidos fora de seus bases militares;
- e) Treinamentos em intercâmbio;
- f) Autorização para utilizar financiamento americano para a aquisição ou arrendamento de materiais de defesa;
- g) Empréstimos de equipamentos para projetos e avaliações cooperativos de pesquisa e desenvolvimento;
- h) Processamento avançado de exportação de tecnologia espacial; e
- i) Permissão para participar de licitações em contratos do Departamento de Defesa norte-americano.

4.2 OS ACORDOS MILITARES ENTRE BRASIL E EUA

O relacionamento militar do Brasil com os EUA tem influência da nossa necessidade de capacidade bélica e pela grande dependência externa neste setor. Os norte-americanos tem o interesse que nossas Forças Armadas priorizem e combatam as ameaças internas como narcotráfico, crimes ambientais e mais recentemente o terrorismo, prometendo oferecer em troca a sua proteção contra qualquer ameaça remota externa (PRADO, 2007).

Os atos internacionais, no Brasil, como os acordos comerciais entre governos e os acordos sobre cooperação em matéria de defesa, precisam da colaboração dos Poderes Executivo e Legislativo para sua efetivação. Conforme a Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988, art. 84, § VIII), celebrar atos internacionais é competência privativa do Presidente da República, embora estejam sujeitos ao parecer do Congresso Nacional, a quem cabe, ademais, resolver definitivamente sobre tratados, acordos e atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional (BRASIL, 1988, art. 49, §I). O Presidente da República poderá delegar sua competência para assinar um ato internacional, concedendo Carta de Plenos Poderes a ministros ou quaisquer outras autoridades.

Em 1998, o Brasil criou o Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA) e o Número Brasileiro de Estoque e assinou acordos bilaterais de catalogação com países membros da OTAN. Essas parcerias visavam o emprego do sistema OTAN de Catalogação e resultou na criação do Número Brasileiro de Estoque, possibilitando

uma maneira padrão de identificação, classificação e codificação dos itens de suprimento, contribuindo para maior eficiência na gestão de material e apoio logístico dos produtos de defesa brasileiro (MATOS, 2006).

Nesse contexto, no ano seguinte, ainda segundo Matos (2006), o país atingiu a categoria Tier 2 do Sistema OTAN de Catalogação (SOC), permitindo o acesso a informações entre países da OTAN e outros membros exta- OTAN como Austrália e Nova Zelândia. Em suma, a partir dos tratados firmados entre esses países, o Brasil utilizou de informações da SOC para a aquisição de material bélico, possibilitando uma abertura de mercado para indústria de defesa brasileira.

Em 18 de março de 2019, o Brasil e os Estados Unidos da América assinaram em Washington o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) que se refere a proteção de tecnologias em operações de lançamento de foguetes e suas cargas úteis pelo Centro Espacial de Alcântara (CLA), passando a entrar em vigor em 16 de dezembro de 2019, após amplo debate e aprovação pelo Congresso Nacional brasileiro. Esse acordo AST possibilita o uso comercial do Centro Espacial de Alcântara para lançamento de satélites e objetos espaciais por países que possuam componentes e itens de origem dos EUA. Tal situação, também, permitirá ao Brasil uma inserção no mercado espacial mundial nesse segmento de lançamento, contribuindo para a geração de desenvolvimento científico-tecnológico para o país (ITAMARATY, 2019)

No ano de 2020, um compromisso militar histórico foi assinado entre os governos brasileiro e norte-americano. Esse acordo é referente Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação e denominado RDT&E que tem o objetivo:

“definir e estabelecer os termos das condições gerais que deverão ser aplicadas ao início, condução e gerenciamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação, detalhados em Acordos de Projetos (PA), separados, que serão habilitados com os respectivos procedimentos, leis e regulamentos nacionais das Partes”. (BRASIL, 2020, p.9).

Ainda no que consta no Acordo RDT&E, o campo de atuação abrange:

“colaboração em pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação, potencialmente levando a novas e melhoras nas capacidades militares. Os PAs poderão abranger uma ou mais das seguintes atividades: pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento de tecnologia avançada, desenvolvimento avançado de componentes e protótipos; conceitos de estudos e análises da operação; demonstrações de tecnologias de conceitos avançados, protótipos de sistemas; desenvolvimento e demonstrações de sistemas; desenvolvimento de sistemas operacionais; empréstimo de equipamento e material, sob um PA, para fins de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação ou prototipagem, teste de desenvolvimento e avaliação dos

esforços do sistema e do subsistema; e aquisições evolutivas ou esforços de desenvolvimento em espiral associados com produção inicial ou programas de produção de baixo índice”. (BRASIL, 2020, p.9).

Segundo Charleaux (2020), a importância desse tratado de cooperação que ainda precisa ser aprovado pelo Congresso brasileiro, estreita os laços entre Brasil e EUA com consequências positivas nos aspectos econômicos e militares. No campo econômico, o RDT&E incentivar o setor de defesa formada por cerca de 220 empresas brasileiras que respondem por quase 4% do Produto Interno Bruto e podem fornecer produtos a outros 89 países, além do acesso ao fundo americano de mais US\$ 100 bilhões anuais. No campo militar, o Brasil se colocará como possível parceiro no desenvolvimento e acesso às tecnologias de ponta e sensíveis na área de defesa, facilitando as relações semelhantes com outros aliados dos norte-americanos.

FIGURA 3- Assinatura do Acordo RDT&E



Fonte: Site do Ministério da Relações Exteriores.

Outro levantamento importante a ser acompanhado foi o orçamento de defesa no mundo que teve um crescimento considerável em 2018, principalmente nos países-membros da OTAN, com destaque para os gastos militares norte-americanos, que alcançaram as cifras de mais US\$ 700 bilhões naquele ano. Enquanto os orçamentos da Europa Ocidental tiveram aumento pelo terceiro ano seguido com despesas em torno de US\$ 240 bilhões (DEFESANET, 2018).

Segundo os Cenários de Defesa 2040, elaborado pelo Ministério da Defesa (MD), no Cenário “alinhamento com os EUA, com recursos orçamentários”, o MD faz

projeções do Brasil no seu entorno estratégico, com crescimento de sua indústria bélica e como fornecedor destacado de armas e sistemas militares na América do Sul. Além disso, o incremento do orçamento de defesa, resulta no aumento da aquisição de material de emprego militar, viabilizando o desenvolvimento sustentável desse setor da economia (BRASIL, 2019).

Os EUA têm o Brasil como ator expressivo na sua estratégia regional geopolítica. O estreitamento de laços pelo então presidente Jair Bolsonaro e a atual gestão de Trump designou o Brasil como aliado extra-OTAN para os norte-americanos. Diferentemente da Colômbia, que faz parte da categoria global dessa organização multilateral, o Brasil foi alçado a essa categoria por decisão unilateral do presidente Donald Trump. Para tal, as vantagens para esse status brasileiro estão, principalmente, ao acesso especial a financiamentos de equipamento militar americano, colaboração no desenvolvimento de tecnologias de defesa e acesso privilegiado a indústria de defesa norte-americana (TEIXEIRA JÚNIOR, 2020).

Ainda nessa conjuntura em que a China e Rússia almejam fomentar seu comércio de produtos de defesa para países da América Latina. De acordo com Teixeira Júnior (2020), como contraponto, os EUA oferecem ao Brasil acesso prioritário à venda de seu excedente militar, por intermédio do *Foreign Military Sales Programme*. Com isso, essa parceria se estendendo no campo econômico-militar reflete na expressão política e geopolítica, reafirmando a aproximação e alinhamento entre Brasil e EUA.

Após a apresentação de diversos autores, fica evidente o estreitamento de laços militares entre o Brasil e EUA, em especial, com sua adesão como aliado preferencial extra-OTAN, a qual este trabalho pretendeu compreender, a fim de identificar os seus reflexos na Base Industrial de Defesa.

Conclui-se parcialmente que atual política externa brasileira em relação aos EUA é marcada pela aproximação com os EUA. Essa assertiva se justifica pelos recentes acordos militares formados com destaque para o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) que se refere a proteção de tecnologias em operações de lançamento de foguetes e suas cargas úteis pelo Centro Espacial de Alcântara (CLA) e o Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação denominado RDT&E que tem o objetivo o desenvolvimento e acesso às tecnologias de ponta e sensíveis na área de defesa, contribuindo para fomentar a Base Industrial de Defesa (BID).

5. A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

Após a leitura da seção anterior, fica perceptível e embasada a ligação entre a relevância dos norte-americanos na OTAN, os acordos militares entre o Brasil e os EUA e indústria de defesa, o que justifica, inicialmente, a divisão deste referencial teórico nos três assuntos.

A Indústria de Defesa Nacional, também chamada de Base Industrial de Defesa (BID) é um setor da economia essencial para garantir o poder militar de uma nação. Esse segmento é altamente lucrativo no comércio internacional, considerando que são minorias os fornecedores de material de defesa de alta tecnologia e com uma demanda limitada para vendas. Assim, a BID tem sua relevância no fortalecimento das Forças Armadas de um país (GASPERI, 2016).

Com o fim da Guerra Fria, o setor industrial de defesa teve crise, diante da redução de investimentos por parte do governo. Nesse contexto, o Brasil adotou políticas públicas para superar essas dificuldades na área de defesa, no início do século XXI (GASPERI, 2016).

As ações de interesse da BID são de responsabilidade do Ministério da Defesa (MD), mais especificamente pela Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) o qual propõe os fundamentos para formulação e atualização da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação de Defesa, da Política Nacional da Indústria de Defesa, da Política Nacional de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa e da Política Nacional de Exportação e Importação de PRODE. Além disso, formulam diretrizes relacionadas com a BID voltadas a projetos de financiamentos, concessões, parcerias público-privado e a reestruturação das Empresas Estratégicas de Defesa (EED) e Empresas de Defesa (OBSERVATÓRIO FIESC, 2019).

5.1 AS LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A BID

Segundo a Política Nacional de Defesa de 2020, a concepção política de defesa traz como um dos pressupostos priorizar os investimentos ciência, tecnologia e inovação aplicados a produtos de defesa de emprego militar, com finalidade de fortalecer a Base Industrial de Defesa e a autonomia tecnológica. Entre os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), destacam-se o promover a autonomia de tecnologia e

produtiva na área de defesa e aumentar a projeção internacional do Brasil por meio da cooperação com outros países (BRASIL, 2020b).

III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.

Significa manter e estimular a pesquisa e buscar o desenvolvimento de tecnologias autóctones, sobretudo as mais críticas na área de Defesa, bem como o intercâmbio com outras nações detentoras de conhecimentos de interesse do País. Refere-se, adicionalmente, à qualificação do capital humano, assim como ao desenvolvimento da BID e de produtos de emprego dual (civil e militar), além da geração de empregos e renda.

VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Caracteriza-se pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais e na cooperação com outros países, visando a auferir maior influência nas decisões em questões globais (BRASIL, 2020b).

Ainda, segundo a PND 2020, o Brasil deve incrementar parcerias estratégicas visando aumentar suas opções de cooperação no setor de defesa e oportunidades de intercâmbio. Também, há orientações nas áreas governamental, acadêmico e iniciativa privada da indústria que visam a inovação, a produção tecnológica que contribuem para atender as demandas dos produtos de defesa ligados em tecnologias de domínio nacional (BRASIL, 2020b).

Sobre a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2020, sua concepção estratégica de defesa aborda a capacitação da BID com essencial para o abastecimento de defesa visando à autonomia tecnológica do Brasil. Para isso, as oportunidades de evolução tecnológica da BID estão ligadas a absorção de conhecimentos dos países com reconhecido desenvolvimento tecnológico, como é o caso dos EUA (BRASIL, 2020a).

Ainda sobre a END de 2020, as Capacidades Nacionais de Defesa são constituídas as diversas partes dos campos de Poder Nacional, que são implementados por meio de uma relação coordenada entre órgãos de governo e entes privados voltados para a defesa. Nela, destaca-se a capacidade de desenvolvimento tecnológico de defesa orientado para a modernização dos produtos de defesa e atualização tecnológica (BRASIL, 2020a).

A BID segundo a END 2020 traz sua seguinte definição “o conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizem ou conduzam, no País, pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos de

defesa” (BRASIL, 2020a). Nesse sentido, a BID deve ser constantemente fortalecida e desenvolvida no âmbito da defesa da nação.

Ainda na Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2020, a estratégia tem o objetivo de “capacitar a Base Industrial de Defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa”. Com isso, o Governo Federal normatiza ações de incentivo ao BID, por meio de segurança jurídica e tributária às empresas, complementado pelo setor estatal que desenvolva tecnologias que o setor privado não tenha a capacidade ou interesse econômico para atuar em curto ou médio prazo (BRASIL, 2020a).

A Política Nacional da Indústria de Defesa adotada em 2005 teve o objetivo geral de robustecer esse segmento da economia brasileira e se relaciona com a END. Essa portaria definia a BID como o universo de “empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participem de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa” e, também o produto estratégico de defesa como. (BRASIL, 2005b). Além disso, a PNID também definiu o produto estratégico de defesa, como aqueles materiais que, por sua natureza, possam comprometer objetivos relacionados à segurança ou defesa nacional. Nessa mesma política estabeleceu, ainda seus objetivos específicos e suas orientações sobre as ações estratégicas (BRASIL, 2005b).

Ainda sobre a PNID define no artigo 4º seus objetivos específicos para a consecução do objetivo geral, enfatizando a importância dos produtos de defesa para a BID:

Art. 4º Para a consecução do objetivo geral da PNID, concorrem os seguintes objetivos específicos:
 I - conscientização da sociedade em geral quanto à necessidade de o País dispor de uma forte BID;
 II - diminuição progressiva da dependência externa de produtos estratégicos de defesa, desenvolvendo-os e produzindo-os internamente;
 III - redução da carga tributária incidente sobre a BID, com especial atenção às distorções relativas aos produtos importados;
 IV - ampliação da capacidade de aquisição de produtos estratégicos de defesa da indústria nacional pelas Forças Armadas;
 V - melhoria da qualidade tecnológica dos produtos estratégicos de defesa;
 VI - aumento da competitividade da BID brasileira para expandir as exportações;
 VII - melhoria da capacidade de mobilização industrial na BID (PNDI, 2005).

A relevância da BID brasileira, também, é descrita no mais recente Livro Branco de Defesa Nacional que define metas de desenvolvimento tecnológico e buscando

uma participação internacional do setor, garantindo que o recurso de exportações auxilie na continuidade do projeto de fortalecimento destas cerca de quinhentas empresas que formam a BID (BRASIL, 2020c). O setor de Defesa de nossa indústria também é uma alternativa importante para o desenvolvimento econômico nacional. Considerando que a maior parte dos produtos nacionais é de baixa tecnologia e baixo valor agregado, a pesquisa tecnológica nesta área contribui para que a BID seja uma fonte de produtos de interesse internacional com alto valor agregado, aumentando o conteúdo tecnológico das exportações brasileiras. Após um longo período de abandono, o atual governo federal identificou a importância do setor, prevendo diversas legislações que tem o intuito de organizar os esforços e incentivar o crescimento, incrementando acordos e compromissos militares internacionais e ampliando os investimentos nessa área. Além disso, esse documento quando foi lançado pela primeira vez em 2012 institucionalizou que as políticas externas e de defesa são indissociáveis, aproximando o Ministério das Relações Exteriores com o Ministério da Defesa (BRASIL, 2020a).

Uma atualização importante na END 2020, foi a Estratégia de Defesa (ED) Regularidade Orçamentária que visa permitir orçamento de defesa à altura do Brasil no cenário internacional. Para atingir isso, a Ação Estratégica de Defesa (AED) -14, busca destinar 2% do PIB, por intermédio da Lei Orçamentária Anual (LOA), para atender as demandas de equipamentos das FFAA. (BRASIL, 2020b). Percebe-se que esse nível percentual de gastos no setor de defesa atinge os patamares exigidos pelos países membros da OTAN.

ED-3 REGULARIDADE ORÇAMENTÁRIA

Visa possibilitar ao Setor de Defesa melhores condições de planejar o emprego dos recursos orçamentários, e, dessa forma, racionalizar o seu uso, tornando os gastos em defesa mais eficientes. Adicionalmente, busca compatibilizar o orçamento de defesa à envergadura do País no cenário mundial.

AED-14 Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB (BRASIL, 2020a).

Ainda sobre a END 2020, no Objetivo Nacional de Defesa (OND) que visa promover a autonomia tecnológica e produtiva da área de defesa contemplando a ED promoção da sustentabilidade da cadeia produtiva da BID associado ao OND de aumentar a projeção do Brasil no concerto das nações, destacam-se as AED – 45, 47

e 54 que estão voltadas para a exportação desses produtos, estímulos de compensação comercial, industrial e tecnológica em aquisições no exterior, além do incentivo de parcerias e intercâmbios na área tecnológica do setor de defesa. Ainda, observa-se o OND de incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações na ED cooperação internacional e verifica-se as AED – 80 e 81 que tratam de intensificar acordos de defesa com outros países.

ED-8 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

Trata de proporcionar condições de estabilidade às atividades de financiamento, pesquisa, desenvolvimento, produção e venda de produtos de defesa brasileiros e de dar condições de sustentabilidade à cadeia produtiva, ainda que submetida a regimes legal, regulatório e tributário especiais.

AED-45 Promover as exportações da Base Industrial de Defesa

AED-47 Estimular a obtenção de compensação comercial, industrial e tecnológica nas aquisições do exterior.

AED-54 Estimular o estabelecimento de parcerias e intercâmbios na área de pesquisa de tecnologias de interesse da defesa.

ED-16 PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação

AED-80 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.

AED-81 Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos plurilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa (BRASIL, 2020b).

Outras leis que regulam e estimulam a BID são a Política Nacional de Importação e Exportação de Produtos de Defesa, a Política de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa e a Política de Obtenção de Produtos de Defesa, todas de 2018. Nelas fica claro os seus objetivos em comum que visam incentivar a BID no tocante ao fomento e fortalecimento tecnológico dos produtos de defesa.

PORTARIA NORMATIVA Nº 15/MD, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Aprova a Política de Obtenção de Produtos de Defesa - POBPRODE para a administração central do Ministério da Defesa e para as Forças Armadas.

CAPÍTULO VIII

FOMENTO À BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

Art. 16. Constituem orientações estratégicas quanto ao fomento à BID:

III - contribuir para o fortalecimento da BID, a fim de que esta conquiste autonomia em tecnologias e processos produtivos indispensáveis à defesa;

PORTARIA NORMATIVA Nº 61/GM-MD, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

Estabelece a Política de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa - PComTIC Defesa.

CAPÍTULO II OBJETIVOS

Art. 4º A PComTIC Defesa tem os seguintes objetivos:

- I - Fomentar a capacidade tecnológica, industrial e comercial brasileira;
- II - Buscar a autossuficiência da cadeia produtiva, diminuir a dependência externa, majorar o valor agregado dos PRODE, considerando a nacionalização desses produtos, a geração de novos negócios e de novos empregos, o desenvolvimento de competências, a motivação de ganhos na escala produtiva e de competitividade, por meio de inovação;
- III - Incentivar a indústria brasileira na busca de inserção internacional, especialmente com PRODE de alto valor agregado, fruto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, promovendo competências e o domínio de tecnologias de interesse nacional; e
- IV - Consolidar a base tecnológica e industrial brasileira nas áreas estratégicas de interesse nacional da Defesa.

DECRETO Nº 9.607, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

Institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa.

Art. 2º A Pnei-Prode tem por objetivo contribuir para:

- I - o controle das exportações e das importações de Produto de Defesa - Prode;
- II - o fomento às exportações de Prode;
- III - o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa - BID; e
- IV - a prevenção e a eliminação do tráfico ilícito de armas convencionais e a prevenção do seu desvio (PNEI-PRODE, 2018).

Conforme apresentado acima, verifica-se as ações governamentais no intuito de fortalecer a BID, propiciando condições para que esse setor possa se desenvolver e superar seus óbices e entraves que caracterizam a economia brasileira, visando buscar a competitividade necessária.

5.2 AS EMPRESAS BRASILEIRAS DE DEFESA

De acordo com Amarante (2012), no Brasil existem instituições públicas e privadas voltadas para a indústria de defesa, conforme descreve abaixo:

“No nível de produção de artefatos e serviços militares, funcionam no país atualmente as seguintes instituições públicas: a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) e os Arsenais de Guerra do Rio de Janeiro (AGR) e de São Paulo (AGSP), na fabricação de meios militares terrestres; e a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) e o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), na fabricação de meios militares navais. A Embraer, que originalmente era uma sociedade de economia mista para a produção de meios militares aéreos, foi privatizada nos anos 1990 e, desde então, vem seguindo uma trajetória de êxito, notadamente no mercado externo. No que concerne à ID privada, existem diversas empresas no país, em grande parte congregadas na Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde). **As empresas mais relevantes do setor fazem parte desta associação, tais como: Embraer, Imbel,**

Emgepron, Avibras, Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), Odebrecht Defesa e Tecnologia, Mectron, Condor, Atech, Agrale, Forjas Taurus, Helibras, Inbrafiltro, Universal, Orbisat, dentre outras". (AMARANTE, 2012, p.17, grifo nosso).

O mesmo autor aborda a relevância da indústria de defesa na participação do mercado externo:

"É de fácil constatação que, atualmente, **nenhum país desenvolvido** (à notável exceção dos Estados Unidos), menos ainda um país subdesenvolvido, **pode constituir-se isoladamente no único mercado para o seu parque industrial militar, dada a incapacidade de se atender às exigências mínimas de escala e tecnologia para essa produção**. Sozinho, o mercado interno é incapaz de manter constante o fluxo de encomendas, que suportaria a produção em andamento durante todos os meses do ano. Em consequência desses fatores, tornam-se fundamentais a conquista e a manutenção do mercado externo por parte das empresas nacionais do setor de defesa". (AMARANTE, 2012, p.34, grifo nosso).

As maiores empresas brasileiras de defesa e armamento são a HELIBRÁS, única fabricante de helicópteros do Brasil, a TAURUS empresa tradicional que produz revólveres e submetralhadoras, a EMBRAER que desenvolve o cargueiro KC-390 e a IVECO que criou o blindado sobre rodas Guarani. Além dessas, a AVIBRÁS é outra destacada fabricante de mísseis, sistemas de defesa ar-terra e terra-terra e aviões não-tripulados (JULIBONE, 2012). Como já revelado, estima-se que a BID abrange em torno de 150 (cento e cinquenta) empresas. Busca-se apresentar neste subcapítulo, algumas das empresas relevantes que atuam no setor de defesa do Brasil.

Segundo o site da Embraer (2020), a empresa é líder na indústria aeroespacial e de defesa da América Latina e seu destaque global é evidenciado com sua presença em mais de 60 (sessenta) países e em 14 (quatorze) Forças Aéreas no mundo. Seus principais produtos são o KC-390, aeronave de transporte militar multimissão e o A-29 Super Tucano, aeronave de ataque leve e treinamento avançado. Além disso, a Embraer Defesa & Segurança também oferece soluções integradas como radares, IRS (Inteligência, Vigilância e Reconhecimento) e espaço.

FIGURA 4 - Aeronave KC-390



Fonte: site da Embraer Defesa & Segurança, 2020.

FIGURA 5 - Aeronave A-29 Super Tucano



Fonte: site da Embraer Defesa & Segurança, 2020.

Segundo consta no site da Iveco Veículos de Defesa do Brasil, 2020 a fábrica situa-se no Complexo Industrial de Sete Lagoas. A Iveco tem mais de 70 anos no desenvolvimento de veículos de defesa e seu principal produto com tecnologia de ponta é o blindado anfíbio VBTP-MR Guarani, sendo o primeiro modelo fabricado e projetado nessa unidade, a única fora da Europa. O desenvolvimento desse blindado foi fruto da parceria entre a Iveco e o Exército Brasileiro e, atualmente, essa fábrica tem uma capacidade de produzir e entregar 200 unidades desses blindados sobre rodas por ano. No futuro, essa unidade projeta comercializar outros modelos da Iveco como o jipe funcional LMV para países europeus como Inglaterra, Espanha e Itália.

FIGURA 6 - VBTP MR Guarani



Fonte: site da Iveco Veículos de Defesa.

FIGURA 7 – Jipe Iveco LMV



Fonte: Site Forças Terrestres.

Outra destacada empresa genuinamente brasileira da BID é a Avibrás com mais de 50 anos no mercado. Sua sede localiza-se em São José dos Campos-SP no principal parque tecnológico e aeronáutico do Brasil. Nas suas instalações industriais é produzido o Sistema ASTROS 2020 com capacidade para lançar míssil táctico de cruzeiro e foguetes guiados, além de desenvolver motores de foguetes para a Marinha do Brasil e para a Força Aérea Brasileira (FAB) e aeronaves remotamente tripuladas

(ART). A Avibrás também possui um dos parques industriais de blindados mais modernos do país que produz veículos, ampliando sua diversidade de produtos de defesa de alta tecnologia. Dessa forma, essa empresa tem atuação competitiva no mercado internacional e nacional e teve a certificação pelo Ministério da Defesa como “Empresa Estratégica de Defesa - EED”, corroborando sua relevância para a BID e seu reconhecimento pela excelência e qualidade de seus produtos de defesa (AVIBRÁS, 2020).

FIGURA 8 - ASTROS 2020



Fonte: site da AVIBRÁS, 2020.

FIGURA 9 - Míssil Tático de Cruzeiro



Fonte: site da Avibrás, 2020.

A Helibrás é outra empresa de destaque da BID e a única fabricante de helicópteros brasileira. Sua fábrica no Brasil está localizada em Itajubá-MG e pertence a empresa norte-americana Airbus Helicopters, sendo a líder mundial na fabricação de helicópteros com sua frota espalhada em 154 países do globo. O modelo Esquilo

H-125M é produzido e tem mais 35 anos agregando experiência e inovação, sendo que atualmente cerca de 50% de conteúdo nacional está incorporado na sua produção. Com isso, a empresa sempre foi protagonista nos marcos estratégicos da aviação brasileira, em especial nas aeronaves de asas rotativas, além da sua forte presença no mercado internacional (HELIBRÁS, 2020).

FIGURA 10 – Helicóptero Esquilo H-125M



Fonte: site da Helibrás, 2020.

Segundo um estudo da LRCA Consulting, publicado pela DefesaNet sobre a Taurus Armas, a empresa brasileira é líder mundial na fabricação de revólveres e uma das maiores produtoras de pistola no mundo, com sede em São Leopoldo-RS. Um dos seus principais produtos é a pistola G2C, a mais vendida no exigente mercado norte-americano com mais de 2 milhões de unidade produzidas no globo. Nesse sentido, o seu padrão de qualidade é reconhecido internacionalmente, evidenciando essa empresa brasileira credenciada como Empresa Estratégica de Defesa (EED) (DEFESANET, 2019).

FIGURA 11 - Pistola Taurus G2C 9 mm



Fonte: site da Taurus Armas, 2020.

Ainda nesse mesmo estudo divulgado no site da DefesaNet, a Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC é uma das maiores corporações de munições no mundo, com uma experiência desde 1926 na produção de médios e pequenos calibres. Atualmente, a empresa é um dos maiores fornecedores de munição para membros da OTAN e outras forças armadas no globo, com sua sede e três unidades de fabricação no Brasil que produzem mais de 1,7 bilhão de cartuchos por ano (DEFESANET, 2019).

FIGURA 12 – Munições da CBC



Fonte: site da CBC.

A Indústria e Material Bélico do Brasil – IMBEL é uma empresa estratégica de defesa pública vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército Brasileiro, desde 1975. De acordo com o site da empresa, sua atribuição é produzir e comercializar produtos de defesa para as Forças Armadas e Forças Auxiliares, além de atender o público civil. Com sede no Distrito Federal-DF e fábricas de produção em Piquete-SP, Rio de Janeiro-RJ, Magé-RJ, Juiz de Fora-MG e Itajubá-MG onde produzem armamentos, munições de artilharia (105 e 155mm), de morteiros (60, 81 e 120 mm) e de carros de combate (90 mm), além de equipamentos de comunicações, dentre outros. Destaca-se em seus produtos a linha de fuzis 5,56 IA2 e 7,62 M965 A1 (IMBEL, 2020)

FIGURA 13 – Fuzil IMBEL 5,56 AI5



Fonte: site da Imbel.

Segundo o Planejamento Estratégico da IMBEL - 2017-2026, (2017), a empresa estatal busca manter seu papel de destaque na BID adotando ações transformadoras como modernizar seu parque industrial e desenvolver parcerias estratégicas. Além disso, direciona ações estratégicas prioritárias como aumentar a produtividade, adquirir capital tecnológico e gerar novos produtos para consolidar sua transformação dentro da perspectiva da Nova IMBEL.

Diante de tudo o que foi levantado, encerra-se esta seção com um apanhado de ideias sobre as leis voltadas para esclarecer as políticas da indústria de defesa nacional, bem como as principais empresas bélicas do país, para posteriormente apresentar suas perspectivas com o status do Brasil de aliado extra-OTAN dos EUA.

5.3 AS PERSPECTIVAS PARA A BID

A partir do século XXI, o atual cenário da BID vem induzindo uma retomada da capacidade produtiva da indústria de defesa e incremento nas exportações de produtos de defesa brasileiros. As perspectivas para as próximas décadas sinalizam investimentos expressivos nas Forças Armadas com suporte do governo federal e o engajamento crescente do setor privado no sentido de firmar e consolidar capacidades tecnológicas e financeiras suficientes para aproveitar essas oportunidades (ANDRADE, 2016).

Ainda segundo Andrade (2016), o cenário promissor para o desenvolvimento e consolidação da BID está relacionado com a capacidade de inovação e absorção tecnológica das empresas privadas nacionais, associada a oportunidades disponíveis pelas parcerias estratégicas com outras nações. Essa situação ficou evidenciada no desenvolvimento dos caças Gripen que gerou transferência de tecnologia da Suécia para o Brasil, caracterizando uma importante capacidade competitiva.

O Brasil no tocante a exportações de produtos de defesa está inserido nos pacotes “básicos”, ainda com deficiência uma vez que as empresas enfrentam inúmeros dificuldades para fornecer garantias, financiamentos e licenças para seus compradores. Para progredir para o pacote “avançado” o país ainda está distante deveria assumir compromissos políticos alinhados com sua política externa. No entanto, o Brasil para avançar para um modelo de oferta de pacotes “intermediários” deveria ampliar significativamente sua capacidade de exportação de produtos de defesa. Para alcançar esse estágio de maneira aceitável, o país necessitaria identificar seus parceiros estratégicos e aprofundar seus vínculos e políticos e econômicos com esses países, de tal maneira que não se limite tão somente com produtos finais de defesa, mas com serviços complementares e outras compensações, permitindo competir com outras nações em melhores condições e vantagens (SANTOS FILHO, 2017).

Santos Filho (2017), em seu estudo aponta que o Brasil já empregou estratégias de sucesso para fomentar suas exportações de produtos de defesa, mesmo diante de dificuldades econômicas e entraves institucionais enfrentados pela BID. O QUADRO 1 abaixo elenca as principais estratégias empregadas e desafios a serem vencidos para se chegar ao seu sucesso.

QUADRO 1 - Estratégias e desafios para as exportações de produtos de defesa

Estratégia	Descrição	Desafio a ser superado
Barter (trocas sem moeda)	Cliente compra produtos brasileiros pagando diretamente com commodities. Usada com sucesso no comércio com o Iraque nos anos 1980.	O Brasil se tornou exportador de recursos naturais e tem balança comercial superavitária com os vizinhos e vários dos potenciais clientes na África e Sudeste asiático.
Cooperação técnica	O Brasil se destaca no mundo como provedor de cooperação para o desenvolvimento (sul-sul). É possível usar esse “capital” para fomentar as exportações.	A diplomacia e o governo brasileiro não desejam associar a cooperação do país a interesses comerciais.
Parcerias estratégicas	Usar parcerias com outros países para assegurar exportações e fomentar o surgimento de novos clientes no futuro. Exemplo do KC-390 da Embraer.	É preciso converter as intenções de compra dos parceiros em pedidos firmes para sinalizar a viabilidade dos produtos a outros compradores potenciais.
Trading de Defesa	Criação de uma instituição independente ou órgão colegiado para processar com mais eficiência pedidos de importação e exportação de produtos bélicos e incentivar as empresas nacionais. Exemplo da França, Rússia, Canadá.	Não há evidência de que os obstáculos institucionais e financeiros enfrentados pela indústria de defesa do Brasil seriam superados com a criação de uma trading, uma vez que esta instituição ainda careceria de autonomia política e capacidade financeira para atender às empresas do setor.

Autor: Santos Filho, 2017.

Nesse sentido, a END 2020 aponta que um dos maiores desafios para a BID é a busca por novos mercados como fator relevante para sua sustentação e seu desenvolvimento. Para isso é essencial a atuação do Estado como impulsionador na medida que esse tema esteja inserido nas pautas das relações internacionais do Brasil, assim como suporte estatal para financiamentos de programas, pesquisas, desenvolvimento, produção e aquisição de equipamentos de defesa nacionais, contribuindo para ampliar a confiança dos potenciais interessados e comprados.

Como perspectiva observa-se ainda a internacionalização das indústrias. Segundo o IEDI (2019), esse tema aborda as tecnologias da indústria 4.0 que são

recentes e demandam a necessidade de cooperação internacional com outros países parceiros estratégicos. Esses acordos internacionais envolvem tanto empresas privadas como instituições de pesquisa tecnológicas. Para isso, deve-se considerar instrumentos de política: financiamento para a internacionalização; apoio financeiro à participação acionária e à aquisição de empresa de tecnologia no exterior; atração de investidores estrangeiros para as empresas de base tecnológica no Brasil; difusão de informação sobre integração internacional para empresas, sobretudo para as de menor porte. Essa tendência é evidenciada na nossa indústria de defesa associado com a necessidade da adoção sistemática do modelo do triplo hélice (Estado, iniciativa privado e meio acadêmico) para o desenvolvimento e consolidação da BID.

Economicamente, segundo Mota (2009) os produtos de defesa apresentam características peculiares principalmente no que tange à concorrência. Seus aspectos devem ser considerados como um mercado que se apresenta tanto de maneira monopólio ou oligopólio que representa a dependência integralmente das aquisições governamentais ou de governos de outros países. Também pode-se observar o monopólio e oligopólio, diante da reduzida oferta. Isso reflete em negociações comerciais mais complexas, sazonalidade da demanda, custos e riscos elevados e na maioria dos casos a iniciativa privada não suporta sozinho esses riscos. Assim, há de se considerar o comportamento desse mercado de produtos de defesa é distinto das regras comuns de mercado, exigindo intervenção do Estado.

Atualmente no Brasil a venda para o exterior de produtos de defesa predomina as relações comerciais entre as empresas e seus respectivos clientes como governos ou instituições privadas. Nesse sentido, o governo brasileiro tem pouca intervenção limitando-se a emitir pareceres e autorizar pedidos de operação de exportação de alguns produtos, especialmente aqueles com poder de destruição ou que indiquem a necessidade de emprego restrito a pessoas legalmente autorizadas ou que possam comprometer à estabilidade e cooperação internacional (FRANTZ, 2019).

O governo de Jair Bolsonaro aponta previsões quanto ao direcionamento dado à BID enquanto estiver no poder. Os decretos presidenciais assinados propondo a abertura de armas surpreendeu a indústria de defesa, que vem cobrando do governo uma política pública que à confira condições justas de competição com concorrentes estrangeiros no mercado nacional (GIELOW, 2019).

Abordar as perspectivas sobre a Base indústria de Defesa tem seu viés de incertezas, no entanto, analisando o histórico político brasileiro, fica evidente uma

continuidade no setor de defesa, mesmo com mudanças e visões distintas quanto a sua inserção internacional. Tal situação se justifica pela existência de forças legais que a ocorrência de uma inflexão tão marcante neste sentido. As políticas públicas que alcançam o nível político-estratégico, concretizadas em documentos oficiais fomentam o desenvolvimento econômico e tecnológico e ainda alicerça sua manutenção na inserção internacional. Ademais, busca-se na defesa nacional uma BID consolidada que provém autonomia, desenvolvimento, e confere capacidade militar e Estatal imprescindíveis para a manutenção da soberania do país, defesa dos interesses e patrimônio nacionais e projeção de poder regional – por intermédio dos processos de integração – e global (FRANTZ, 2019).

Conclui-se parcialmente que a BID é atualmente diversificada diante das empresas que apresentam destaque no mercado internacional que compõem diferentes segmentos como principalmente, aeronaves, blindados, mísseis, armamentos e munições dos diversos calibres. Também as políticas públicas revelaram a partir dos anos 2000 a postura do governo federal de favorecer e contribuir para o desenvolvimento do setor industrial de defesa.

7. CONCLUSÃO

O status do Brasil como aliado extra-OTAN proporciona vantagens para o desenvolvimento da BID e incrementos nas capacidades militar das Forças Armadas. Tais benefícios que confirmam essa assertiva são o recebimento prioritário de excedente de equipamentos militares, a adesão a projetos cooperativos de pesquisa e desenvolvimento com o Departamento de Defesa norte-americano, em base de custo compartilhado, o empréstimo de equipamentos para projetos e avaliações cooperativos de pesquisa e desenvolvimento, além de permissão para participar de licitações em contratos do Departamento de Defesa norte-americano.

Nesse sentido, verifica-se que atual política externa brasileira em relação aos EUA é marcada pelo alinhamento aos norte-americanos, numa conjuntura internacional que há a significativa liderança dos EUA na OTAN em qualquer prospecção analisada. É neste cenário fértil e promissor do Brasil aliado dos EUA extra-OTAN que os mais recentes acordos militares foram firmados entre os dois governos. Cabe destacar o Acordo RDT&E de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RDT&E) e o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) que tem reflexos diretos para a BID.

Uma das perspectivas do acordo RDT&E mais impactantes será econômico, na medida que incentivará o setor de defesa formada por mais de 200 empresas brasileiras, além do acesso ao fundo americano de mais U\$ 100 bilhões anuais. No campo militar, a perspectiva é que o Brasil se colocará como possível parceiro no desenvolvimento e acesso às tecnologias de ponta e sensíveis na área de defesa, facilitando as relações semelhantes com outros aliados dos norte-americanos.

Nessa lógica observa-se a necessidade de cooperação internacional com outros países parceiros estratégicos para se buscar a internacionalização das indústrias. Assim, o Brasil aliado extra-OTAN dos EUA é um grande passo para incrementar acordos de cooperação que envolvem tanto empresas privadas da BID como instituições de pesquisa tecnológicas.

Percebe-se, atualmente, que uma das potencialidades da BID é sua diversidade diante da gama de segmentos, principalmente pela Embraer, Iveco, Avibrás, Helibrás, Taurus, Imbel e CBC, dentre outras, além de sua capacidade média tecnologia de seus PRODE como aeronaves, helicópteros, mísseis, armamentos e munições. Essas empresas com unidades de fabricação no Brasil têm a possibilidade

e oportunidade de ampliar seus mercados promovendo a exportação de seus PRODE para as Forças Armadas dos países membros da OTAN, diante dessa aproximação cada vez mais acertada com os EUA, proporcionando fomento e competitividade a BID.

Associado a isso as recentes e atualizadas políticas públicas como a PND, END, o Livro Branco 2020, além da Política Nacional de Importação e Exportação de Produtos de Defesa, a Política de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa e a Política de Obtenção de Produtos de Defesa, todas de 2018, oferecem arcabouço institucional e normativo, estabelecendo objetivos estratégico, e ainda, revelam o papel do Estado de favorecer para o desenvolvimento desse setor industrial de defesa.

Com isso, é evidente a concepção dessas políticas para auxiliar no fortalecimento da indústria de defesa brasileira, estabelecendo finalidades estratégicas e contribuindo para o desenvolvimento como um todo da BID nacional. Assim, que a BID vem sendo alvo de atenção especial pelo Estado Brasileiro, e que o tema consta da agenda do governo, que compreende a sua relevância nos sentidos político e econômico. Fatores adversos da vida nacional, contudo, de ordem estrutural e conjuntural, imobilizam parcialmente algumas ações desejáveis a curto prazo, impedindo uma maior intensidade em sua execução.

Nesse contexto, verifica-se, ainda, nesse que dentre essas perspectivas é priorizar o estabelecimento relações de governo a governo, principalmente no tocante a exportações dos PRODE, a fim de incrementar contratos de vendas e acordos de projetos para garantir transferência de tecnologia avançadas e inovação com nações desenvolvidas como os EUA. Para isso, deve-se manter a coordenação do MD e MRE para impulsionar e efetivar esses acordos de interesse do Estado que visam aumentar as capacidades militares das FFAA e fomentar a BID.

Deve-se considerar também as estratégias estabelecidas para superar os desafios enfrentados pela BID possam atingir o estado final desejado do setor industrial de defesa. Por tratar-se de uma indústria com interesses estratégicos para o Estado, diretamente vinculada às matérias relativas à soberania nacional e à própria economia, a BID estrutura-se em torno de um conjunto de entes, estatais e privados, responsáveis por viabilizar a sua existência, destinação e desenvolvimento, valendo-se de instrumentos próprios, principalmente dos marcos regulatórios necessários à sua robustez.

Outra perspectiva importante observada nessa pesquisa é a elevação e mudança de patamar do Brasil com gastos com defesa que estão inseridos na nova END 2020 no contexto do país como aliado dos EUA extra-OTAN. Essas despesas previstas em 2% do PIB, por intermédio da Lei Orçamentária Anual, que é um percentual exigido pelos EUA como parâmetro aos membros da OTAN, evidencia o atual alinhamento do Brasil aos requisitos de recursos orçamentários dessa Aliança. Isso é um passo significativo para o país tornar-se um parceiro global da OTAN com maior relevância que a Colômbia.

Por fim, esse trabalho abordou aspectos que evidenciam a importância da projeção do Brasil no concerto das nações se aliando a maior potência do mundo, os EUA. Assim, proporcionará diante da promoção do interesse nacional, defesa da soberania e inserção internacional, o fomento para a indústria de defesa e segurança robusta para um país de dimensões continentais, cuja projeção no concerto das Nações parece irreversível e refletem o enorme potencial contributivo que a BID pode desempenhar no desenvolvimento do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <<http://bit.ly/1bIJ9XW>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa. Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa. Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa (PND)**. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa. Acesso em: 30 ago. 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Cenários de Defesa 2040: Descrição dos Cenários**. Ministério da Defesa, Brasília, 2019.

A Base Industrial de Defesa: uma breve análise. Observatório FIESC, Florianópolis, SC, 30 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.observatoriofiesc.com.br/post/a-base-industrial-de-defesa-no-brasil-uma-breve-analise>. Acesso em: 02 ago. 2020.

A Indústria do Futuro do Brasil e no Mundo. Instituto de Estudos para Desenvolvimento da Indústria, IEDI, 2019. Disponível em: https://iedi.org.br/media/site/artigos/20190311_industria_do_futuro_no_brasil_e_no_mundo.pdf. Acesso em 28 de ago. 2020.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referentes a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E). Brasília, 2020.

ALMEIDA, P. R. **A OTAN e o Fim da Guerra Fria**. Revista Espaço Acadêmico, [Maringá], v.1, n.9, fev. 2002. Disponível em: Acesso em: 20 jan. 2020.

ALMEIDA, P. R. de. **Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMARANTE, J. C. A do. **A Indústria de Defesa Brasileira**. Ipea. Rio de Janeiro, 2012.

ANDRADE, Israel de Oliveira. **Introdução Base Industrial de Defesa: Contextualização Histórica, Conjuntura Atual e Perspectivas Futuras**. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial -ABDI, Brasília – DF, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160706_livro_mapeamento_defesa.pdf. Acesso em 20 ago.2020.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1986.

AVIBRÁS Indústria Aeroespacial. Disponível: <https://www.avibras.com.br/>. Acesso em 03 set. 2020.

BASTOS, E. C. S. **Uma realidade brasileira: sistema de Artilharia de Foguetes Astros II.** Da Cultura, ed. n 15, pag 31; Acesso em: 22 jan. 2020.

Base Industrial de Defesa. Política Nacional da Indústria de Defesa, PNID 2005. Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa>. Acesso em 30 ago. 2020.

Benefícios dos principais aliados extra-OTAN dos EUA. FORTE Forças Terrestres, São Paulo, 18 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2019/06/18/beneficios-dos-principais-aliados-extra-otan-dos-eua/> . Acesso em: 01 ago. 2020

CAMPOS, Diego Araújo. **Cooperação Brasil-OTAN nos debates da CREDN.** 2019. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/a-cooperacao-brasilotan-nos-debates-dacredn>. Acesso em 10 mar. de 2020.

CHARLEAUX, João Paulo. **Qual a importância do acordo militar entre Brasil e EUA.** Nexo. Paris, 09 de março de 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/09/Qual-a-import%C3%A2ncia-do-acordo-militar-entre-Brasil-e-EUA>. Acesso em 25 mar. 2020.

Despesas Militares. Anuário SIPRI 2020. Disponível em <https://www.sipri.org/yearbook/2020/08>. Acesso em 02 ago. 2020.

Embraer Defesa & Segurança. Disponível em: <https://defense.embraer.com/br/pt>. Acesso em 03 set. 2020.

FRANÇA, P. R. C. de C. **A Guerra do Kosovo, a OTAN e o conceito de “Intervenção Humanitária”.** Porto Alegre, Editora UFRGS, 2004.

FRANTZ, ARTUR HOLZSCHUH. **Concepção e Planejamento da Base Industrial de Defesa: Uma Análise Comparativa dos Documentos Oficiais de Brasil e Estados Unidos,** 2019. Artigo Científico (Bacharel em Relações Internacionais– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2019.

GASPERI, Nestor. **Alternativa para Indústria Nacional de Defesa atender as demandas das Forças Armadas e competir no mercado internacional.** Trabalho de conclusão de curso (Curso Internacional de Estudos Estratégicos) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

GIBSON, Chris. **“Principled Realism and The Monroe Doctrine”.** Hoover, September 6, 2019. Disponível em: <https://www.hoover.org/research/principled-realism-and-monroe-doctrine>. Acesso em: 30 jul. 2020.

GIELOW, Igor. **Abertura do Mercado de Armas por Bolsonaro Assusta Indústrias de Defesa**. 2019. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://bit.ly/2HawO6i>>. Acesso em: 13 set. 2020.

GRAGNANI, Juliana. **O que isso significa para o Brasil torna-se um ‘aliado preferencial extra-OTAN’ dos EUA?**. BBC News Brasil, Londres, 01 de agosto de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/08/01/o-que-significa-para-o-brasil-se-tornar-um-aliado-preferencial-extra-otan-dos-eua.htm> Acesso em: 03 mar. de 2020.

Iveco Veículos de Defesa. Disponível em: <https://www.iveco.com/brasil/institucional/pages/veiculos-de-defesa.aspx>. Acesso em 03 set. 2020.

JULIBONI, MÁRCIO. **10 empresas brasileiras de defesa e armamento**. Revista Exame, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2012. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/10-fabricantes-brasileiros-de-armamento-e-defesa/> Acesso em 04 mar. 2020.

LIBORIO, Bárbara. **Trump abre as portas da OTAN para o Brasil, mas o que isso significa?** Revista ÉPOCA, Rio de Janeiro, 09 de maio de 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/trump-abre-portas-da-otan-para-brasil-mas-que-isso-significa>. Acesso em: 11 mar. de 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, Marcos Oliveira. **Ingresso do Brasil no Sistema OTAN de Catalogação: Perspectivas de Desenvolvimento da Indústria Bélica Brasileira**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, n.8, p. 76-90, 2006.

MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed UniverCidade, 2007.

MOTA, R. M. **Engenho e arte de guerra: a inovação nas vertentes do setor de defesa**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NATO, **A Transformação da OTAN**. Bruxelas. 2004. Disponível em: <www.otan.nato.int/docu/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

_____. **Relations with partners across the globe**. 2017. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49188.htm>. Acesso em: 31 jul. 2020.

_____. **Tratado do Atlântico Norte**. 2019. Disponível em <https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt>. Acesso em: 31 jul. 2020.

PADILLA Cepeda, Juan Manuel. **Acuerdo de cooperación entre Colombia y OTAN: Un paso firme hacia la internalización de las Fuerzas Militares**. Experticia Militar, Bogotá, p.22-28, fev. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/303978407.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

PRADO, CHERRI LADISLAU DO, **A Organização do Tratado do Atlântico Norte: evolução e perspectivas**. Revista da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2007.

PINHEIRO, Ana. **O ontem e o hoje: o processo de transformação da OTAN no pós-Guerra Fria**. Cadernos de Relações Internacionais. v.6, n.2, 2012.

O LMV em detalhes – parte final. 2019. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2019/10/18/o-lmv-em-detalhes-parte-final/> . Acesso em: 10 set. 2020.

Os orçamentos de defesa no mundo continuam a subir. Defesanet, Brasília, 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/otan/noticia/31564/Orcamentos-de-defesa-continuam-a-subir-no-mundo/>. Acesso em: 14 mar. de 2020.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões**. 4. ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. 246 p.

Plano Estratégico da Imbel 2017-2026 PEI (17-26). 2017. Disponível em: mbel.gov.br/phocadownload/transparencia/governanca-corporativa/instrumentos-de-governanca/planejamento-estrategico-da-IMBEL.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

RODAS, João Grandino. **A Organização do Tratado do Atlântico Norte veio para ficar**. Consultor Jurídico. São Paulo, 02 de março de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-mar-02/olhar-economico-organizacao-tratado-atlantico-norte-veio-ficar>. Acesso em: 25 mar. 2020

SARAIVA, J.F.S.(Org.). **Dois Séculos de História: Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo. Relações Internacionais**, Brasília: IBRI, 2001. PIPES, Richard. **O Comunismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014. 152 p.

SILVA FILHO, E. B. **Base Industrial de Defesa do Brasil: Notas para uma estratégia de promoção de exportações**. Brasília: Boletim de Economia e Política Internacional. (BEPI), 2017: Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8209/1/BEPI_n23_Base.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **Geopolítica e Postura Estratégica dos EUA na Crise da Venezuela**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Rio de Janeiro, Vol 15, 2020.